

juristas:



INSTITUTO
JURISTAS

ECA DIGITAL

**PROTEGENDO NOSSAS
CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NO MUNDO ONLINE**

Uma cartilha do [Portal Juristas](#) e do [Instituto Juristas](#) sobre a Lei nº 15.211/2025

Por Wilson Furtado Roberto





A Era Digital e a Vulnerabilidade Infantil

O ambiente online transformou profundamente a infância e a adolescência.

Compreender os riscos é o primeiro passo para proteger quem ainda está crescendo.

ECA Digital: Proteção Online

A internet é essencial na vida das crianças, mas a **segurança digital** deve ser prioritária.

Por isso nasceu a **Lei 15.211/2025**, o marco da proteção virtual.

Presença Digital Constante:

- Uso intenso de smartphones e
- tablets Conexão via jogos online
- Interação em redes sociais
- Comunicação por apps de mensagem



ECA Digital: Protegendo crianças e adolescentes no mundo virtual

A Proteção não começou agora

- **Constituição Federal de 1988**
Art. 227 Prioridade absoluta. Dever da família, sociedade e Estado.
- **Estatuto da Criança e do Adolescente 1990**
Proteção integral e punição para pornografia infantil (inclusive online).
- **Marco Civil da Internet 2014**
- **LGPD 2018**
Dados de crianças devem seguir sempre o "melhor interesse".
- **ECA Digital Lei 15.211/25**
Transforma a caminhada em regras mais firmes para a internet.

O Mundo Conectado



Nativos Digitais

Crianças e adolescentes têm acesso cada vez mais precoce e intenso à internet. Aos **9 anos**, a maioria já possui dispositivo próprio conectado.



Oportunidades e Riscos

O ambiente online oferece aprendizado e socialização, mas expõe esse público a **riscos sérios** que exigem atenção imediata.

Responsabilidade do Poder Público

O Governo e os órgãos públicos têm o dever de agir:

- Criar regras claras para as plataformas digitais;
- Fiscalizar se as empresas estão cumprindo a lei;
- Aplicar punições quando necessário;
- Promover educação digital nas escolas;
- Garantir acesso seguro à internet.

ANPD

A Agência Nacional de Proteção de Dados é responsável por fiscalizar o cumprimento da lei.

O Poder Público precisa agir para que a proteção aconteça na prática.

Riscos Digitais: Um Panorama Alarmante

Cyberbullying

Assédio, humilhação e perseguição sistemática no ambiente virtual.

Conteúdo Inadequado

Exposição a material violento, sexual ou extremista.

Predação Sexual

Aliciamento e grooming por adultos mal-intencionados.

Violação de Privacidade

Coleta e uso indevido de dados pessoais de menores.

Jogos e Loot Boxes

Mecânicas de vício e exploração financeira em jogos.

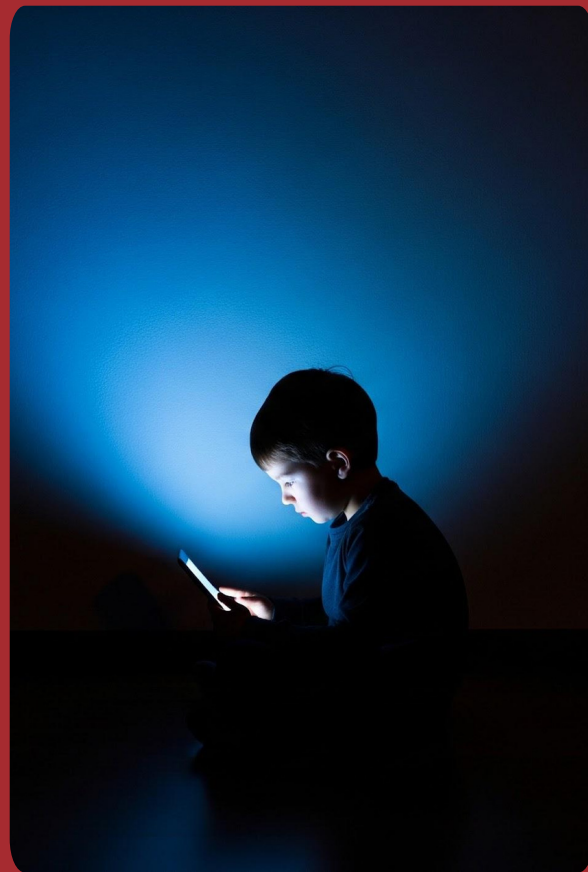
Saúde e Desenvolvimento

O uso excessivo de telas pode causar:

- Atrasona fala
- Dificuldade de concentração
- Problemas na visão
- Sedentarismo
- Ansiedade
- Irritabilidade

Celular não substitui convivência, brincadeira e conversa.

Impactos do Uso Excessivo de Telas no Desenvolvimento Infantil





O Papel da Escola

A escola é um pilar fundamental da proteção.

Ela deve:

- Ensinar educação digital e cidadania
- online Orientar sobre riscos da internet
- Trabalhar o respeito nas redes
- Combater o cyberbullying
- Criar regras claras sobre uso de celular
- Dialogar com as famílias

Educar para o uso consciente da tecnologia também é proteger.

A escola não substitui a família, mas caminha junto.

O Papel da Família

Cuidado ativo e contínuo

- Conversar sempre de exemplo
- Saber o que a criança acessa
- Estabelecer horários de uso
- Evitar celular de madrugada
- Não deixar no quarto à noite
- Utilizar controle parental

Especialistas recomendam:

Até 2 anos: Nada de telas

Até 12 anos: Evitar celular próprio

Adolescentes: Com acompanhamento

Quanto mais tarde o celular próprio, melhor.

Cuidado com a exposição dos menores

Evite postar:

- Uniforme escolar
- Localização em tempo real
- Rotina diária
- Situações constrangedoras

"A internet não esquece."

**Proteger a imagem também
é proteger a segurança.**



O Mundo Digital: Um Campo Minado para os Jovens?

A internet é simultaneamente o espaço de **aprendizado, lazer e socialização** de uma geração inteira.

Contudo, é também um ambiente onde **ameaças reais** colocam em risco seu desenvolvimento saudável e sua segurança.



A Lacuna Regulatória



O **ECA de 1990** foi um marco histórico na proteção de crianças e adolescentes — mas foi criado décadas antes da internet se tornar onipresente.

O Marco Civil da Internet (2014) e a LGPD (2018) trouxeram avanços importantes, porém nenhuma dessas leis tratou especificamente da proteção do público infantojuvenil no ambiente digital. **Essa lacuna persistiu por 35 anos.**

Nasce o ECA Digital

Nasce a Lei 15.211/2025

Vulgarmente conhecida como
Lei Felca.



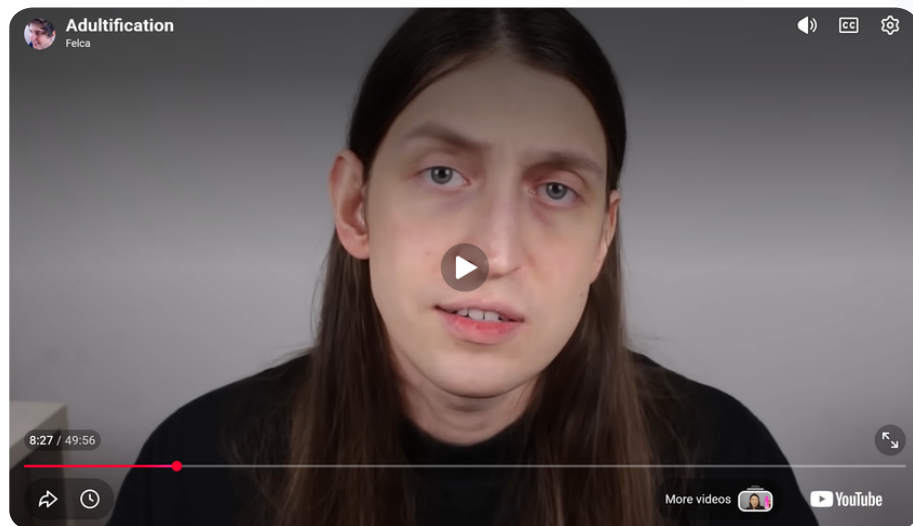
A Nova Era da Proteção Digital para Crianças e Adolescentes

A Origem da "Lei Felca"

Por que este nome?

O nome oficial é **Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital)**, estabelecido pela Lei nº 15.211/2025. Popularizou-se como "**Lei Felca**" devido às denúncias do influenciador **Felipe Bressanim**.

Sua atuação contra a "adultização" e exposição infantil nas redes sociais gerou a repercussão necessária para a mobilização legislativa.



Evolução Necessária: Proteção Integral na Era Digital

O ECA Digital não substitui — ele **complementa e moderniza** o arcabouço jurídico de proteção.

Estende ao mundo online os **mesmos princípios** que guiam a proteção offline, garantindo segurança integral.



O Objetivo Principal

Garantir que o ambiente digital seja **seguro, respeitoso e propício ao desenvolvimento saudável** de crianças e adolescentes brasileiros.

Como a Lei Alcança Esse Objetivo?

Responsabilidades

Cria um regime específico para fornecedores de tecnologia.

Sanções

Define punições proporcionais e eficazes para o descumprimento.

Segurança e Privacidade

Estabelece obrigações concretas para o ambiente digital.

Autoridade Especializada

Cria uma autoridade administrativa dedicada ao tema.

A Quem a Lei se Aplica?

Redes Sociais

Instagram, TikTok, YouTube e similares com usuários brasileiros menores de idade

Jogos Eletrônicos

Games conectados à internet, incluindo plataformas com loot boxes e compras internas

Streaming e Apps

Plataformas de vídeo, música, lojas de aplicativos e sistemas operacionais de terminais

Softwares em Geral

Programas e aplicativos acessados por crianças e adolescentes no Brasil

O Conceito-Chave: "Acesso Provável"

Inovação Hermenêutica do ECA Digital

A lei se aplica mesmo que o produto ou serviço **não seja diretamente voltado** para crianças e adolescentes.

Basta que haja uma **probabilidade razoável** de acesso para ativar as obrigações da Lei 15.211/2025.

Plataformas não podem usar o público-alvo como "escudo" contra a responsabilização.



Obrigações e Responsabilidades

Mundo Digital: Além das Intenções

O ECA Digital impõe **obrigações concretas e mensuráveis** às plataformas.

Não se trata apenas de boas intenções, mas de conformidade rigorosa com a lei.



Verificação de Idade e Consentimento

Verificação → Consentimento → Acesso

O processo deve ser eficaz, acessível e tecnicamente robusto — não apenas um checkbox ignorado.

O que a Lei Exige?

Verificação Eficaz

Mecanismos robustos para comprovação da idade dos usuários.

Consentimento Parental

Necessário para coleta e uso de dados de menores.

Restrições Especiais

Regras rígidas para jogos com loot boxes.

Comunicação Clara

Linguagem acessível para responsáveis legais.

Moderação de Conteúdo e Proteção de Dados

Moderação de Conteúdo

Remoção de material nocivo, ilegal ou inapropriado para menores. Redes sociais têm obrigações reforçadas de atuação proativa, não apenas reativa.

Coleta de Dados

Dados de crianças e adolescentes só podem ser coletados com base legal adequada. Finalidades restritas, uso mínimo e transparência obrigatória.

Armazenamento Seguro

Diretrizes claras sobre onde, como e por quanto tempo os dados de menores podem ser armazenados — com medidas técnicas e organizacionais de segurança.

Transparência e Relatórios

Não basta agir — é preciso **comprovar e comunicar** as ações de proteção implementadas.

Obrigações de Transparência

Políticas Acessíveis

Publicação de políticas de segurança e privacidade em linguagem acessível.

Relatórios Periódicos

Sobre medidas de proteção implementadas.

Canal de Denúncias

Canal dedicado para comunicações relacionadas a menores.

Algoritmos Claros

Informações claras sobre uso de algoritmos de recomendação.

A Urgência da Ação: Combate ao Cyberbullying e Assédio



Jovens afetados

Muitos adolescentes brasileiros já vivenciaram alguma forma de violência online



Sem denúncia

Vários casos de cyberbullying nunca são reportados às plataformas ou às autoridades



Marco legal

2026 é o ano em que o ECA Digital entrou em vigor para proteger os menores de idade brasileiros

Influenciadores Mirins e Monetização

Novas Regras para um Mercado em Expansão

O ECA Digital reconhece a realidade dos influenciadores digitais mirins e estabelece proteções específicas:



Transparência Monetária

Transparência obrigatória na monetização de conteúdo infantil.



Proteção Comercial

Proteção contra exploração comercial indevida de menores.



Responsabilidade Compartilhada

Deveres claros para pais e plataformas de hospedagem.



Uso de Imagem

Limitações ao uso da imagem de crianças para fins publicitários.

Sanções, Penalidades e a Nova Autoridade

Capítulo 4

O ECA Digital tem dentes.

As penalidades são expressivas o suficiente para transformar comportamentos corporativos.



**Sanções
Rigorosas**



**Nova
Autoridade**



**Mudança
de Cultura**

Sanções e Penalidades: Responsabilidade



Advertência

Notificação formal com prazo para regularização



Notificação Compulsória

Comunicação obrigatória às autoridades e afetados



Suspensão de Direitos

Restrição temporária de funcionalidades ou operações



Multa

Até 2% do faturamento, limitada a R\$ 50 milhões por infração



Proibição de Atividades

Suspensão parcial ou total das operações no território brasileiro

Responsabilidade Civil e Administrativa

O Preço da Negligência

A negligência tem um custo que vai além das multas administrativas.



Responsabilidade Civil

As plataformas podem responder civilmente por danos causados a menores.



Reparação Integral

Inclui reparação por danos morais e materiais causados pela plataforma.

A Nova Autoridade Administrativa

Autoridade Administrativa Especializada

O ECA Digital estabelece um órgão com poderes para fiscalizar o cumprimento da lei e aplicar as sanções previstas.



Estrutura e Competências

Os detalhes estruturais e procedimentais serão definidos em regulamentação complementar.

Acompanhar os decretos é fundamental para advogados e empresas.

Prática Jurídica no ECA Digital

O ECA Digital na Prática Jurídica

Como a Lei 15.211/2025 impacta empresas, advogados e o cotidiano do exercício profissional.

Impactos para Empresas de Tecnologia



Revisão de Políticas

Adequação de termos de uso, políticas de privacidade e mecanismos internos de segurança às novas exigências legais



Investimento em Tecnologia

Implementação de sistemas eficazes de verificação de idade e ferramentas de moderação de conteúdo



Capacitação de Equipes

Treinamento de times jurídicos, de produto e de segurança para operar dentro das novas obrigações

Adequação Jurídica: Navegando pelas Novas Regras

A conformidade como ECA Digital não é apenas uma obrigação legal — é um **diferencial competitivo** e uma demonstração de responsabilidade social corporativa perante famílias e reguladores.

Um Futuro Mais Seguro para Nossas Crianças e Adolescentes



Um Esforço Coletivo



Famílias

Diálogo aberto e contínuo sobre o uso seguro e responsável da internet — sem proibição, mas com orientação ativa.



Escolas

Educação digital como componente curricular: consciência sobre riscos, privacidade e comportamento ético online.



Empresas

Compromisso genuíno com segurança e bem-estar dos jovens usuários — além do mínimo legal exigido pela Lei 15.211/2025.



Estado

Regulação eficaz, fiscalização rigorosa e atualização constante da norma diante da rápida evolução tecnológica.

Se acontecer algum problema

Se a criança sofrer:

- Humilhação
- Chantagem Ameaça
- Exposição de fotos
- Assédio

**Procure ajuda
imediatamente:**

Conselho Tutelar, Defensoria
Pública, Delegacia e **Disque 100.**

Denunciar protege.

ECA Digital

Construindo um Futuro Online Mais Seguro para Todos

Uma iniciativa do **Portal Juristas** e **Instituto Juristas** pelo direito digital de crianças e adolescentes brasileiros.

Lei nº 15.211/2025 ☒ Em vigor desde março de 2026



Por:

Wilson Roberto

 [@wfroberto](https://www.instagram.com/wfroberto)

juristas:



INSTITUTO
JURISTAS